



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1015919-41.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Aura Aparecida Brisolar**
 Requerido: **Losango Promoções de Vendas Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ter comprado móveis junto à primeira ré, mediante financiamento firmado com a segunda, mas antes de sua entrega solicitou o cancelamento do negócio em virtude da demissão de seu marido.

Alegou ainda que notificou as rés a esse respeito, mas elas mesmo assim promoveram sua inserção em órgãos de proteção ao crédito porque não efetuou o pagamento das prestações do financiamento.

Tomando a medida como irregular, almeja ao ressarcimento dos danos morais que ela lhe causou.

As preliminares suscitadas em contestação pelas rés – exceção feita à de sua ilegitimidade passiva *ad causam* porque se entrosa com o mérito da causa e como tal será apreciada – não merecem acolhimento.

O processo é claramente útil e necessário para que a finalidade desejada pela autora seja alcançada, presente por isso o interesse de agir.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A causa de pedir é extraída com clareza da petição inicial, cujo conteúdo evidencia que não é inepta, tanto que rendeu ensejo a substanciais defesas por parte das rés.

Rejeito as prejudiciais, pois.

No mérito, a compra dos móveis em apreço está demonstrada a fls. 118/119, enquanto o financiamento junto à segunda ré do preço ajustado restou patentado a fls. 79/83.

A autora sustenta que posteriormente cancelou tal compra e que mesmo sem receber os produtos as rés não o reconheceram.

Vê-se a fl. 15 que a primeira manifestação da autora quanto a esse cancelamento foi feita em 25 de março de 2015, ao que se seguiram as notificações de fls. 18/19, em julho do mesmo ano.

Outrossim, é certo que no dia 19 de março a autora recebeu o carnê da segunda ré contendo os boletos a cujo pagamento se obrigara (fl. 120).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Na verdade, a autora não tinha fundamento para de forma unilateral cancelar a compra que já implementara mais de dois meses após a sua consumação.

O Código de Defesa do Consumidor abre margem para a desistência por arrependimento do consumidor somente nos casos em que a contratação do produto ocorra fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio (art. 49 do CDC).

Não foi o que sucedeu na espécie vertente, em que a transação se deu no estabelecimento da primeira ré.

Isso significa que a autora teve condições plenas para avaliar as condições a seu propósito, seja quanto à situação dos móveis que lhe interessaram, seja quanto à suas possibilidades de efetuar os pagamentos correspondentes.

Em consequência, aquela norma legal aqui não tem incidência, concluindo-se por isso que a autora não poderia mediante simples manifestação de vontade dar por rescindida a compra que já finalizara.

Diante desse cenário, não detecto irregularidade alguma levada a cabo pelas rés.

Se a transação continuava produzindo os efeitos que lhe eram próprios (ressalvo que a entrega dos móveis não se deu pela recusa da autora, como se vê claramente a fls. 123/126), nada justificava que não se fizessem as cobranças dela decorrentes e à minguia dos respectivos pagamentos a inserção da autora junto a órgãos de proteção ao crédito não extravasou os limites do exercício regular do direito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Bem por isso, tem-se a negatificação da autora como legítima, insuscetível de gerar qualquer dano moral a ela.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**